

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	9
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	33

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	74
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	78
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	79

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	70.666.879
Preferenciais	141.333.771
Total	212.000.650
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	351.225	373.970	492.846
1.01	Ativo Circulante	49.747	59.882	148.780
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.444	15.262	105.552
1.01.03	Contas a Receber	11.491	10.859	9.592
1.01.03.01	Clientes	11.491	10.859	9.592
1.01.04	Estoques	1.511	1.378	1.547
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.124	27.475	28.423
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.177	4.908	3.666
1.01.08.03	Outros	3.177	4.908	3.666
1.01.08.03.01	Adiantamentos	1.073	2.755	930
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	0	0	264
1.01.08.03.04	Outros ativos	2.104	2.153	2.472
1.02	Ativo Não Circulante	301.478	314.088	344.066
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.138	7.992	18.865
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.379	0	2.532
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9.759	7.992	16.333
1.02.01.10.03	Depositos judiciais	9.759	7.992	16.300
1.02.01.10.04	Outros	0	0	33
1.02.03	Imobilizado	12.729	11.731	13.798
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.785	11.132	13.090
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	944	599	708
1.02.04	Intangível	274.611	294.365	311.403
1.02.04.01	Intangíveis	274.611	294.365	311.403
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	272.147	292.570	309.941
1.02.04.01.02	Intangível em construção	2.195	1.097	703
1.02.04.01.03	Outros	269	698	759

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	351.225	373.970	492.846
2.01	Passivo Circulante	83.515	120.071	226.974
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.763	5.805	5.007
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.763	5.805	5.007
2.01.02	Fornecedores	19.131	5.485	4.905
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.131	5.485	4.905
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.425	30.539	31.163
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	22.586	29.721	30.282
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	839	818	881
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	0	16.613
2.01.04.02	Debêntures	0	0	16.613
2.01.05	Outras Obrigações	36.196	78.242	169.286
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	4.613
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	0	0	4.613
2.01.05.02	Outros	36.196	78.242	164.673
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36.196	77.559	164.173
2.01.05.02.04	Outros passivos	0	683	500
2.02	Passivo Não Circulante	9.444	22.223	82.563
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	66.891
2.02.01.02	Debêntures	0	0	66.891
2.02.02	Outras Obrigações	0	15.271	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	15.271	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	259	0
2.02.04	Provisões	9.444	6.693	15.672
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.444	6.693	15.672
2.02.04.01.05	Provisões para riscos processuais	9.444	6.693	15.672
2.03	Patrimônio Líquido	258.266	231.676	183.309
2.03.01	Capital Social Realizado	91.953	91.953	91.953

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.03.04	Reservas de Lucros	166.313	139.723	91.356
2.03.04.01	Reserva Legal	18.391	18.391	15.836
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	147.922	121.332	75.520

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	164.468	167.901	167.179
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-76.617	-66.815	-62.149
3.03	Resultado Bruto	87.851	101.086	105.030
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-36.554	-11.515	-21.452
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.589	-20.436	-21.127
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	35	8.921	-325
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	51.297	89.571	83.578
3.06	Resultado Financeiro	1.241	5.942	-1.020
3.06.01	Receitas Financeiras	2.106	11.629	12.677
3.06.02	Despesas Financeiras	-865	-5.687	-13.697
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	52.538	95.513	82.558
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.084	-31.875	-27.628
3.08.01	Corrente	-21.722	-29.083	-29.482
3.08.02	Diferido	4.638	-2.792	1.854
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.454	63.638	54.930
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	35.454	63.638	54.930
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,1672	0,3002	0,2591
3.99.01.02	PN	0,1672	0,3002	0,2591
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,1672	0,3002	0,2591
3.99.02.02	PN	0,1672	0,3002	0,2591

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	35.454	63.638	54.930
4.03	Resultado Abrangente do Período	35.454	63.638	54.930

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	67.910	85.264	76.435
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	85.221	109.933	116.950
6.01.01.01	Lucro antes do impostos	52.538	95.513	82.558
6.01.01.02	Depreciação e amortização	24.569	24.181	24.207
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	254	65	243
6.01.01.06	Provisão para riscos	2.132	-9.944	2.214
6.01.01.08	Variações monetárias e encargos , líquidos	-35	3.568	9.315
6.01.01.09	(Reversão) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	1.125	-658	-1.587
6.01.01.10	Imposto diferido	4.638	-2.792	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.311	-24.669	-40.515
6.01.02.01	Contas a receber clientes	-1.757	-609	-1.454
6.01.02.02	Estoques	-133	169	-552
6.01.02.03	Depositos judiciais	-1.113	9.283	-319
6.01.02.04	Adiantamentos	1.682	-1.825	-960
6.01.02.05	Partes relacionadas	0	264	26
6.01.02.06	Outros	49	352	33
6.01.02.07	Fornecedores	13.809	1.759	-2.501
6.01.02.08	Obrigação com empregados e administradores	-1.042	798	1.033
6.01.02.09	Impostos , taxas e contribuições	-4.489	-299	3.099
6.01.02.10	Partes relacionadas	0	-4.613	0
6.01.02.11	Outras obrigações e contas a pagar	-683	183	-72
6.01.02.13	Pagamento de juros sobre debentures e empréstimos sobre financiamentos	0	-4.462	-9.504
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-23.634	-25.669	-29.344
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.230	-6.320	3.517
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-3.994	-3.422	-2.001
6.02.04	Aquisição de intangível	-2.236	-2.898	-2.127
6.02.05	Aplicações financeiras	0	0	7.645
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-65.498	-169.234	-18.473

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.03.01	Pagamento do principal de debentures e empréstimos sobre financiamentos	0	-88.101	-17.946
6.03.03	Aplicação financeira vinculada	0	5.481	-527
6.03.04	Dividendos e juros sobre capital pagos	-65.498	-86.614	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.818	-90.290	61.479
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	15.262	105.552	44.073
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.444	15.262	105.552

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	91.953	0	139.723	0	0	231.676
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	91.953	0	139.723	0	0	231.676
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	26.590	0	0	-8.864
5.04.06	Dividendos	0	0	26.590	0	0	-8.864
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	35.454
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0	35.454
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	91.953	0	166.313	0	0	258.266

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	91.953	0	91.356	0	0	183.309
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	91.953	0	91.356	0	0	183.309
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	45.812	0	0	-15.271
5.04.06	Dividendos	0	0	45.812	0	0	-15.271
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	63.638
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0	63.638
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.555	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.555	0	0	0
5.07	Saldos Finais	91.953	0	139.723	0	0	231.676

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	91.953	0	49.471	0	0	141.424
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	91.953	0	49.471	0	0	141.424
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	39.138	0	0	-13.045
5.04.06	Dividendos	0	0	39.138	0	0	-13.045
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	54.930
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0	54.930
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.747	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.747	0	0	0
5.07	Saldos Finais	91.953	0	91.356	0	0	183.309

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	180.236	184.101	183.160
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	180.041	183.800	183.009
7.01.02	Outras Receitas	195	301	151
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-52.568	-24.771	-31.906
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-49.143	-22.465	-28.762
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.125	-659	-1.587
7.02.04	Outros	-2.300	-1.647	-1.557
7.02.04.01	Outros custos	-2.300	-1.647	-1.557
7.03	Valor Adicionado Bruto	127.668	159.330	151.254
7.04	Retenções	-24.569	-24.181	-24.207
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.569	-24.181	-24.207
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	103.099	135.149	127.047
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.106	11.629	12.677
7.06.02	Receitas Financeiras	2.106	11.629	12.677
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	105.205	146.778	139.724
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	105.205	146.778	139.724
7.08.01	Pessoal	30.037	24.081	22.786
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.642	16.831	15.612
7.08.01.02	Benefícios	10.108	6.144	5.836
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.287	1.106	1.338
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	37.295	52.612	48.289
7.08.02.01	Federais	28.076	43.203	39.002
7.08.02.03	Municipais	9.219	9.409	9.287
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.419	6.447	13.719
7.08.03.01	Juros	126	4.001	10.953
7.08.03.02	Aluguéis	1.566	1.013	376
7.08.03.03	Outras	727	1.433	2.390
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	35.454	63.638	54.930

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	35.454	63.638	54.930

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



2024

Relatório da Administração

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

DRI@lamsa.invepar.com.br

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Índice

A COMPANHIA.....2

 APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA..... 2

 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO..... 1

 DESTAQUES DO ÚLTIMO ANO..... 1

SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS2

 CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA..... 2

 GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE..... 2

 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 2

 MEIO AMBIENTE..... 5

RESULTADOS.....7

 CONTEXTO ECONÔMICO..... 7

 RESULTADOS OPERACIONAIS 7

 RESULTADOS FINANCEIROS 8

 FLUXO DE CAIXA 11

 INVESTIMENTOS..... 11

CONSIDERAÇÕES FINAIS12

 PERSPECTIVAS E PLANOS 12

 AUDITORES INDEPENDENTES 12

 CONSIDERAÇÕES FINAIS 12

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia

Apresentação da Companhia



A Linha Amarela S.A. – LAMSA, controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente em operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. A Linha Amarela, operada desde novembro de 1997 pela LAMSA, é uma das principais vias expressas da cidade do Rio de Janeiro. Com 17,4 km de extensão, 20 km de acessos/saídas e uma praça de pedágio, a via liga a Barra da Tijuca à Avenida Brasil e à Ilha do Governador, interligando as Zonas Norte, Oeste e o Centro da cidade, contribuindo também para o desenvolvimento econômico dos bairros ligados por ela. A qualidade do serviço prestado aos seus usuários e o rigoroso respeito ao contrato de concessão norteiam a atuação da concessionária no atendimento à população do Rio de Janeiro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Aspectos Regulatórios

Nos últimos anos, a LAMSA vivenciou uma série de atos antijurídicos praticados pelo Poder Concedente. De forma unilateral, e sem respaldo contratual, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro violou a segurança jurídica decorrente da legislação brasileira e do contrato de concessão e seus respectivos aditivos, por meio de atos como decretos determinando a suspensão da cobrança da tarifa de pedágio, passando pela notificação do rompimento unilateral do contrato de concessão da Linha Amarela e pela destruição da praça de pedágio em 2019. Inclusive, foi enviado à Câmara Municipal Projeto de Lei Complementar com o objetivo de encampação do serviço público pactuado no contrato de concessão da Linha Amarela, sem o prévio pagamento da indenização a que a LAMSA tem direito e que possui previsão legal.

Em 16 de setembro de 2020 o Superior Tribunal de Justiça – STJ, em decisão monocrática, suspendeu as decisões liminares que impediam a encampação do serviço prestado pela Companhia, objeto do contrato de concessão, suspendendo a cobrança da tarifa de pedágio em ambos os sentidos da via. No dia 3 de março de 2021 foi proferida decisão no Supremo Tribunal Federal – STF, suspendendo o prosseguimento do processo de encampação. Em audiência de conciliação realizada no dia 05 de abril de 2021 foi proposta pelo juízo a fixação de tarifa provisória no valor de R\$ 4,00 (quatro reais), a perdurar pelo prazo de 90 (noventa) dias, período durante o qual as partes deviam diligenciar junto ao juízo de origem para a realização de perícia judicial, ali já deferida, relativa ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o que foi aceito tanto pelo Município do Rio de Janeiro quanto pela Concessionária. A cobrança da tarifa de pedágio pela LAMSA retornou em 09 de abril de 2021, após um período de quase 07 (sete) meses sem a contraprestação financeira pelos serviços prestados. Realizada a conciliação no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o Município do Rio de Janeiro apresentou questionamentos à perícia realizada, com escopo definido em consenso pelas partes, encerrando a conciliação no âmbito do STF, e atualmente a LAMSA aguarda o julgamento da Reclamação nº 43697. Em paralelo, o Município do Rio de Janeiro instaurou processo administrativo em 2022 para apurar eventual nulidade do 11º termo aditivo. Tendo o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), determinado a suspensão do prosseguimento do processo administrativo até a conclusão das tratativas conciliatórias no âmbito da 6ª Vara de Fazenda Pública, bem como a conclusão dos esclarecimentos periciais. A Concessionária aguarda também nova audiência conciliatória no TJRJ.

Em 12 de dezembro de 2022 foi realizada audiência entre as partes e ficou acordado que o Município prosseguiria com a suspensão do processo administrativo, bem como não iniciaria nova licitação até o esclarecimento do laudo pericial em nova audiência agendada para 2 de fevereiro de 2023, sendo esta prorrogada para 10 de março de 2023 conforme despacho emitido em 30 de janeiro de 2023.

Em audiência realizada no dia 10 de março de 2023 no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foram ouvidos os peritos da COPPEAD para esclarecimentos sobre o laudo. Adicionalmente a juíza suspendeu o procedimento administrativo de nulidade do contrato de concessão até a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a reclamação formulada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

No dia 10 de março de 2023 teve início a sessão virtual no STF em relação à reclamação (RCL 43 697) da ABCR sobre o caso da encampação da Linha Amarela autorizada pelo Ministro Humberto Martins no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 16 de setembro de 2020. No dia 14 de março de 2023 o Ministro Luiz Fux pediu vistas no processo suspendendo o mesmo.

Em 25 de junho de 2023 houve a devolução dos autos para julgamento agendado para 04 a 14 de agosto de 2023, em sessão virtual no STF. No dia 5 de agosto de 2023 o Ministro Nunes Marques pediu vistas ao processo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 20 de novembro de 2023, foi efetuado devolução dos autos para julgamento em sessão virtual agendada entre os dias 01 de dezembro de 2023 a 11 de dezembro de 2023.

Em 04 de dezembro de 2023, em sessão virtual, o Ministro Gilmar Mendes pediu vistas ao processo, sendo esse suspenso por mais 90 dias.

Em 29 de abril de 2024, foi efetuada a devolução dos autos para julgamento em sessão virtual agendada entre os dias 10 de maio de 2024 a 17 de maio de 2024.

Em sessão virtual realizada em 10 de maio de 2024, o Ministro Dias Toffoli pediu vista ao processo, sendo em 22 de agosto de 2024 efetuada a devolução dos autos para julgamento.

Em 02 de outubro de 2024, foi incluído no calendário de julgamento do presidente, com publicação no Diário de Justiça Eletrônico – DJE em 03 de outubro de 2024.

Foi pautado julgamento no STF, para o dia 23 de outubro de 2024, porém o processo não foi julgado.

Em 07 de novembro de 2024, o Supremo Tribunal Federal - STF, reconhecendo sua competência anulou a decisão proferida pelo Supremo Tribunal de Justiça - STJ, mantendo a suspensão da encampação do contrato de concessão da Linha Amarela S.A pretendida pelo Município do Rio de Janeiro - MRJ, até apreciação pelo presidente do STF sobre o mérito da suspensão requerida pelo MRJ. Em 08 de novembro de 2024, a Linha Amarela S.A., divulgou comunicado ao mercado acerca do tema.

Em 16 de dezembro de 2024, nos autos do processo de suspensão de liminar nº 1783, foi designada, diante da complexidade da matéria discutida, a realização de audiência de conciliação em 11 de fevereiro de 2025.

O Município do Rio de Janeiro pediu adiamento da audiência de conciliação, alegando necessidade de comparecimento de seus técnicos, sendo este pedido deferido e redesignando a audiência de conciliação para 18 de fevereiro de 2025 às 14h.

Na audiência ocorrida em 18 de fevereiro de 2025, após amplo debate sobre os principais pontos da disputa, as partes concordaram com o adiamento da audiência para o dia 24 de março de 2025.

A LAMSA sempre cumpriu rigorosamente seu contrato de concessão e reforça seu compromisso com a ética, a transparência e a integridade em todas as suas relações, seja com o Poder Concedente, usuários ou fornecedores. A Companhia segue a disposição do diálogo na busca pela melhor solução para sanar os litígios com o Poder Concedente, mas reforça que continuará utilizando de todos os recursos e procedimentos legais cabíveis em busca do reestabelecimento dos direitos da LAMSA confiante no poder judiciário e na nossa capacidade de enfrentar e vencer os mais diversos desafios.

Mensagem da Administração



Em 2024 assim como em 2025, a Companhia permanece focada na manutenção de suas operações com segurança e qualidade para nossos colaboradores e usuários. No aspecto regulatório, A LAMSA segue acompanhando as questões com o Poder Concedente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destaques do Último Ano



Obra no Maciço Rochoso do Túnel Enzo Tostes

A LAMSA finalizou a obra de manutenção de encosta no maciço rochoso do emboque norte do Túnel Enzo Totis. O serviço, realizado com equipe especializada em técnicas de rapel, teve como objetivo manter a segurança dos usuários da via e consistiu na instalação 919 chumbadores e de 6.100 m² telas metálicas de proteção, visando evitar a queda de qualquer material do maciço.

Limpeza de Contenções e Maciços Rochosos

Foram realizados serviços de limpeza manual através de técnica de rapel em 10 trechos de contenções e maciços rochosos da Linha Amarela, totalizando uma área total de cerca de 42.000 m², compreendendo a retirada de vegetação e a execução de bate-choco preventivo em blocos e detritos potencialmente instáveis.

Desassoreamento do Rio Faria Timbó

A empresa iniciou em 2024 a obra de desassoreamento do Rio Faria Timbó. Até dezembro, foram removidos aproximadamente 6.900 m³ de areia do fundo do canal, volume equivalente a 302 caminhões do tipo caçamba.

Revitalização da sinalização vertical

Para uma melhor visualização por parte dos usuários da Linha Amarela, a LAMSA realizou a instalação de 1.123,6 m² placas ao longo da via. Ao todo, foram substituídas 547 placas de sinalização vertical, por modelos mais modernos, com novos layouts e alta retro refletividade.

Reprotensão de cabos de aço dos viadutos

A concessionária realizou ao longo do ano a vistoria das condições dos cabos de aço dos viadutos da Linha Amarela. Foram realizadas as trocas de 12 cabos, localizados nos viadutos Amaro Cavalcanti, Suburbana, Estrada Velha da Pavuna e Democráticos.

Sinalização Horizontal

A empresa promoveu a revitalização de pintura horizontal ao longo da via, além das áreas de atendimento na Praça do Pedágio. Ao todo foram 11.019 m² de pintura de sinalização horizontal, distribuídos entre eixo principal e alças de acesso/saída.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sustentabilidade dos Negócios

Código de Ética e Conduta

O Código de Ética e Conduta tem como objetivo estabelecer o padrão de comportamento e os valores da Concessionária, sendo amplamente divulgado entre todos os colaboradores e parceiros de negócio, visando que as pessoas e equipes atuem em conformidade com os princípios éticos e morais praticados pela Companhia, agindo a cada momento com honestidade, comprometimento, responsabilidade e respeito. Todos os colaboradores passam por um treinamento específico do Código de Ética e Conduta, ministrado pela área de Compliance, onde são capacitados e informados sobre as aplicabilidades do Código. Além disso, A Concessionária conta com um canal externo para denúncias relacionadas às violações do Código de Ética e Conduta, oferecendo ao denunciante opção de permanecer anônimo.

Gestão de Riscos e Compliance

O Programa de Compliance/Integridade da LAMSA compreende o conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos, comunicações e treinamentos, estabelecidos com o objetivo de evitar, detectar e tratar desvios de ética e conduta. Atualmente o programa é monitorado por uma área independente, dedicada aos temas da atividade de *Compliance* e Integridade, não estando subordinada a outro departamento da empresa, respondendo diretamente ao Presidente da INVEPAR. Dentre as atividades da área de Compliance, se encontra a Gestão de Riscos, que tem por objetivo identificar, avaliar, tratar e monitorar e comunicar os riscos de forma adequada, além de estar integrado com as estratégias de negócio e investimentos. A gestão de Riscos conta com Comitês Semestrais com a participação da Diretoria Executiva.

Relacionamento com a Sociedade

O Investimento Social Estratégico da concessionária visa contribuir com o fortalecimento socioeconômico das comunidades do entorno da Linha Amarela e com a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores.

Em 2024, a LAMSA patrocinou 13 novos projetos sociais e deu continuidade a 7 projetos iniciados em 2023. Ao longo do ano, os 20 projetos, com foco em educação, cultura, esporte e meio ambiente, impactaram mais de 3.500 pessoas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Projetos Sociais

Favela Mundo: Promove oficinas culturais de teatro, música e dança, para crianças e jovens de 6 a 18 anos. E, também, oficinas de capacitação profissional de artesanato e maquiagem, para jovens maiores de 16 anos, moradores da Cidade de Deus.

De Olho na Pista - Trânsito Nota Dez: Promove apresentações teatrais sobre educação no trânsito e cidadania, em escolas da rede pública de ensino, nas comunidades do entorno da Linha Amarela. Durante o espetáculo é aplicado um jogo lúdico com as crianças sobre a importância da prevenção de acidentes e atitudes seguras no trânsito. No final do espetáculo, o jogo é doado para a instituição de ensino para que possa ser utilizado pelos professores em outras turmas.

Cores da Juventude: Promove oficinas de culturais de grafite, para adolescentes e jovens, estudantes de escolas da rede pública de ensino, localizadas no Complexo da Maré. Busca incentivar a democratização do acesso à cultura e estimular a educação antirracista. Os alunos aprendem técnicas de grafite para a pintura de telas e muros, resgatando a história e a identidade do local.

13ª Edição Entre Lugares: Promove oficinas culturais de teatro, criação de figurinos, cenário, leitura/escrita de roteiro, corpo e movimento, para jovens moradores do Complexo da Maré. Ao longo do projeto, são realizadas apresentações gratuitas no Museu da Maré e em outros teatros da cidade do Rio de Janeiro.

Transformando os Olhares da Maré II: Promove oficinas de fotografia, design e arte gráfica para jovens moradores do Complexo da Maré. Ao longo do projeto, são realizadas exposições online do material produzido.

Escola de Música e Cidadania: Promove aulas de música, teóricas e práticas, com uso de instrumentos, para crianças e jovens, moradores da Cidade de Deus. Ao longo do projeto, são realizados recitais comunitários para apresentação dos alunos aos seus amigos e familiares.

Conectados do Bem: Promove oficinas de robótica, através de módulos teóricos e práticos, com o objetivo de desenvolver habilidades de inovação e criatividade de crianças e jovens, estudantes de uma escola, localizada entre as comunidades de Del Castilho.

LAMSA Teatro e Capoeira: Promove aulas de teatro e capoeira no contraturno escolar, para crianças e jovens, moradores de comunidades do entorno do bairro da Água Santa.

Mais Qualidade de Vida: Promove um espaço público de promoção à saúde, através da prática de ginástica e alongamento, para pessoas da terceira idade, que moram na Vila do João (Complexo da Maré). As atividades acontecem em espaço aberto, que proporciona maior integração com a comunidade e experiências de socialização entre os participantes.

CDD Sustentável: Promove oficinas de educação ambiental para crianças e jovens, moradores da Cidade de Deus, com o objetivo de estimular práticas conscientes no território onde moram, com foco para o Rio Banca da Velha que é um dos principais pontos naturais poluídos da região.

Mulheres em Ação: Promove oficinas de corte e costura para capacitação profissional de mulheres, jovens e adultas, moradoras das comunidades de Del Castilho. No mesmo horário destas oficinas, são realizados

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

treinos de futebol para os filhos destas alunas, que têm a oportunidade de praticar esporte no contraturno escolar.

Biblioteca Miriam Leitão: Instalação de uma biblioteca comunitária, com atividades literárias e culturais, na Comunidade Agrícola de Higienópolis. Busca incentivar o hábito da leitura na favela, promover educação, acesso ao conhecimento e o desenvolvimento comunitário.

Agrofavela da Maré – Hora Comunitária: Construção e manutenção de horta comunitária, no espaço da Associação de Moradores do Morro do Timbau (Complexo da Maré). Busca incentivar o consumo de alimentos orgânicos - plantados e colhidos na comunidade -, estreitar a relação de crianças e jovens com o meio ambiente, através de oficinas sustentáveis.

Projetos iniciados em 2023 com continuidade em 2024:

De Olho na Pista – Siga em Frente: Promove apresentações teatrais sobre educação no trânsito e cidadania, em escolas da rede pública de ensino, nas comunidades do entorno da Linha Amarela. Durante o espetáculo são distribuídas cartilhas informativas sobre a importância da prevenção de acidentes e atitudes seguras no trânsito.

12ª Edição Entre Lugares: Promove oficinas culturais de teatro, criação de figurinos, cenário, leitura/escrita de roteiro, corpo e movimento, para jovens moradores do Complexo da Maré. Ao longo do projeto, são realizadas apresentações gratuitas no Museu da Maré e em outros teatros da cidade do Rio de Janeiro.

Sons da Maré: Promove oficinas de música, com aulas de teoria musical, percepção, solfejo, instrumentos e técnica vocal, para jovens moradores do Complexo da Maré. Ao longo do projeto são realizadas apresentações musicais abertas ao público.

Ler, Brincar e Se Divertir: Promove oficinas culturais de música, dança, teatro, gastronomia e aulas de reforço escolar para crianças e adolescentes, moradores da Cidade de Deus.

N@ Atividade: Promove iniciativas/ações educativas, culturais, esportivas e de sustentabilidade para crianças, jovens, adultos e idosos, moradores da Comunidade Agrícola de Higienópolis.

Oficina de Empreendedorismo, Moda e Costura: Promove oficinas de corte, costura e empreendedorismo para capacitação profissional de mulheres, jovens e adultas, moradoras da Comunidade do Amorim.

De Luz e Paz – Teatro, Canto e Coral: Promove oficinas de canto, coral e teatro no contraturno escolar, para crianças e jovens, moradores de comunidades do entorno do bairro da Água Santa.

Projetos iniciados em 2019 com continuidade em 2024:

Educadores Mirins para Cidadania: Promove oficinas educativas, com objetivo de ampliar o acesso à informação e estimular o desenvolvimento cognitivo e socioemocional de crianças e adolescentes, moradores da Cidade de Deus.

Educação no Trânsito

A LAMSA promoveu uma série de campanhas *online* e *offline* voltadas à educação para o trânsito:

- ✓ A empresa distribuiu 500 antenas antilinhas de pipas para motociclistas, em uma ação educativa com o apoio da Operação Lei Seca, que conscientizou usuários na praça do pedágio. A Campanha Cerol

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mata também contribuiu com a instalação e distribuição das antenas. Além disso, a iniciativa foi divulgada por meio de postagens nas redes sociais com conteúdo sobre segurança no trânsito.

- ✓ Dias do Motorista e do Motociclista (julho): A Lamsa realizou uma campanha de distribuição e instalação de antenas antilinhas de pipas, além de postagens educativas nas redes sociais sobre direção segura e responsável.
- ✓ Semana Nacional de Trânsito -SNT (setembro): Durante a SNT, a Lamsa, com o apoio da Campanha Cerol Mata, instalou/distribuiu antenas antilinha de pipa a motociclistas que transitavam pela Linha Amarela, promovendo a ação educativa junto à Operação Lei Seca e realizando uma ação interativa com o projeto social De Olho na Pista, conscientizando os motoristas e motociclistas que passavam pela praça de pedágio. Também foram disseminadas mensagens de conscientização nos PMVs e redes sociais da empresa com foco na redução de acidentes.
- ✓ Campanha Praça de Pedágio: A Lamsa atualizou a campanha dos 14 banners da praça de pedágio, com conteúdo voltado à segurança no trânsito e direção responsável.

Meio Ambiente

Sempre vigilante às questões ambientais, a LAMSA monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente e acompanhados pela alta direção através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

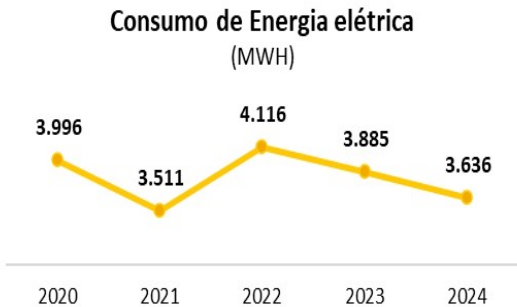
Consumo de Água

A variação de -19% é devido a monitoração e controle do consumo de água através de sistema de gestão com ações de conscientização para redução de consumo, instalação de redutores nas torneiras dos banheiros e manutenção preventiva no castelo d’agua reduzindo as chances de infiltrações e vazamentos.



Consumo de Energia

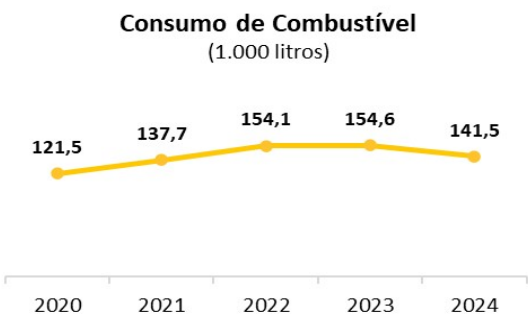
A redução no consumo de energia de -6%, é explicada pela questão sazonal, e ações sucessivas visando a redução do consumo.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

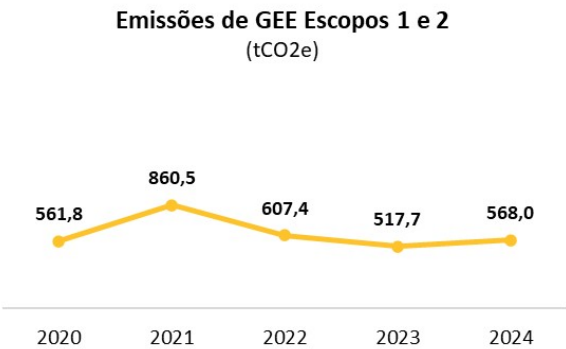
Consumo de Combustível

A redução no consumo está relacionada a algumas ações que foram aplicadas no período de 2024, visando a utilização dos veículos de forma consciente, além das manutenções preventivas e preditivas dos veículos e equipamentos.



Emissões de GEE (Escopo 1 e 2) ¹

No indicador GEE-2 a variação se justifica com a mudança do fator de emissão que ocorre devido a referências atualizadas do Programa Brasileiro de GHG Protocol, de alterações no preço da eletricidade, é impactado também pela cotação do preço dos combustíveis e ainda pelo preço da energia em outros países.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados

Contexto Econômico

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2024, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 3,1%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2024 com alta de 4,83% e o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) encerrou o ano com alta acumulada de 6,54%.

A administração da Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados a este tema, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.

Inflação e Juros	2024	2023	▲
IPCA Últimos 12 Meses	4,83%	4,62%	0,21 pp
CDI Final do Período	12,15%	11,65%	0,50 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	10,83%	13,04%	-2,21 pp
TJLP Final do Período	7,43%	6,55%	0,88 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	7,97%	6,53%	1,44 pp

<https://www.portalbrasil.net/ipca.htm>
http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/serie-historica-do-di.htm
<https://calculadorarendafixa.com.br/#>
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

Resultados Operacionais

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria mostram que o fluxo total de veículos pelas rodovias pedagiadas sob o regime de concessão privada acumula aumento de 3,3% em 2024, fruto da elevação de 2,9% dos veículos pesados e de 4,6% dos veículos leves. Considerando os dados do Rio de Janeiro, o aumento acumulado de 2,4% é composto pelo aumento de 6,1% dos veículos pesados e de 1,6% dos veículos leves. O melhor desempenho foi favorecido pelo fortalecimento do poder de compras das famílias, impulsionado pelo crescimento da massa de rendimentos e pela ampliação de transferências de renda. Esses fatores estimularam o consumo, beneficiando tanto viagens de lazer quanto circulação de bens de consumo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho Operacional (Mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
VEPs¹	11.319	11.511	-1,7%	44.885	45.896	-2,2%
Veículos Leves	10.378	10.553	-1,7%	41.111	42.200	-2,6%
Veículos Pesados	941	958	-1,9%	3.774	3.696	2,1%
Tráfego²	12.856	12.871	-0,1%	51.133	50.229	1,8%
Veículos Leves	12.141	12.262	-1,0%	48.461	47.569	1,9%
Veículos Pesados	631	521	21,3%	2.304	2.265	1,7%
Veículos Isentos	84	89	-5,6%	368	395	-6,6%
Tarifa Praticada (R\$)	4,00	4,00	-25,0%	4,00	4,00	0,0%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

A LAMSA registrou 44,9 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEP’s em 2024, que representa uma redução de 2,2% em relação ao ano anterior.

Resultados Financeiros

Receitas

Receita Operacional (R\$ mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Receita Bruta	45.497	46.183	-1,5%	180.042	183.800	-2,0%
Receitas com Pedágio	45.497	46.183	-1,5%	180.042	183.800	-2,0%
Deduções da Receita Bruta	(3.936)	(3.995)	-1,5%	(15.574)	(15.899)	-2,0%
Receita Líquida	41.561	42.188	-1,5%	164.468	167.901	-2,0%

A Companhia registrou em 2024 R\$ 180 milhões de receitas operacionais, uma redução de 2,0% comparado com o ano de 2023, quando registrou R\$ 183,8 milhões.

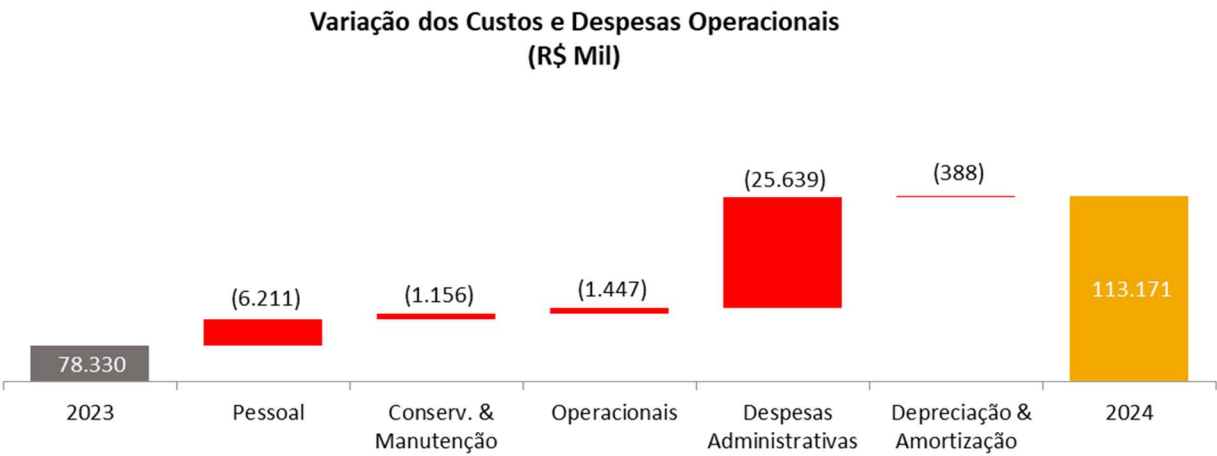
Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Pessoal	(8.944)	(7.249)	23,4%	(34.336)	(28.125)	22,1%
Conservação & Manutenção	(3.862)	(2.340)	65,0%	(9.989)	(8.833)	13,1%
Operacionais	(5.597)	(4.601)	21,6%	(19.326)	(17.879)	8,1%
Despesas Gerais & Administrativas	(17.479)	(2.261)	673,1%	(24.951)	688	3726,6%
Custos & Despesas Administráveis	(35.882)	(16.451)	118,1%	(88.602)	(54.149)	63,6%
Depreciação & Amortização	(6.173)	(6.031)	2,4%	(24.569)	(24.181)	1,6%
Custos & Despesas Operacionais	(42.055)	(22.482)	87,1%	(113.171)	(78.330)	44,5%

Os Custos e Despesas Administráveis tiveram um aumento de 63,6% no exercício de 2024 totalizando R\$ 88,6 milhões. Os custos com Conservação & Manutenção apresentaram aumento de 13,1% devido as obras de recuperação e pavimentação do trecho sob concessão. Os custos operacionais tiveram aumento de 8,1%. As despesas Gerais e Administrativas tiveram um aumento de 3726,6% devido aos honorários advocatícios de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

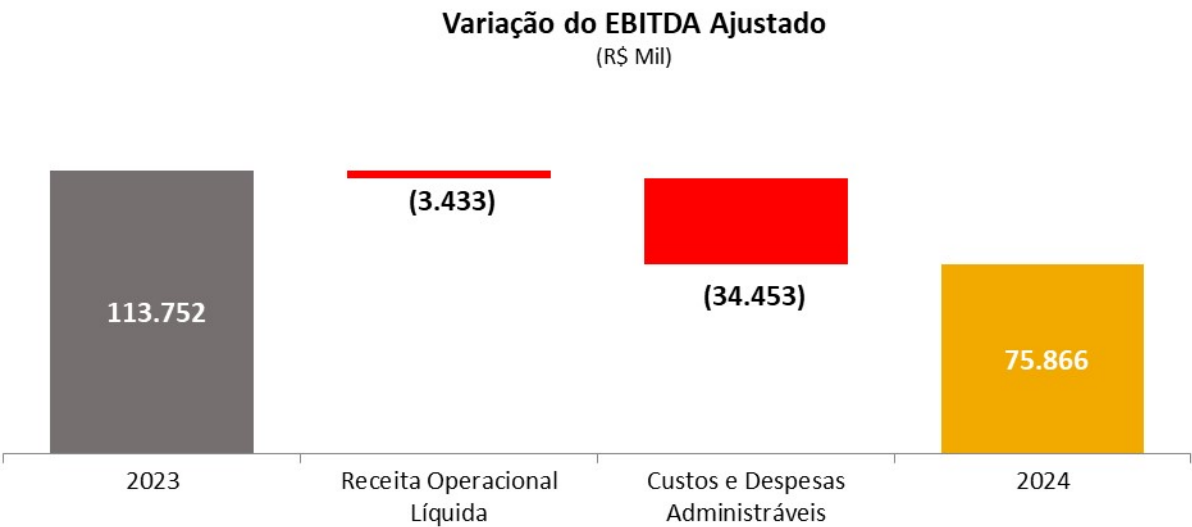
êxito final relacionados ao processo de litígio com o poder concedente.



EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Lucro Líquido	715	14.154	-94,9%	35.454	63.638	-44,3%
Resultado Financeiro	(350)	(775)	-54,8%	(1.241)	(5.942)	-79,1%
IRPJ & CSLL	(859)	6.327	-113,6%	17.084	31.875	-46,4%
Depreciação e Amortização	6.173	6.031	2,4%	24.569	24.181	1,6%
EBITDA ICVM 156	5.679	25.737	-77,9%	75.866	113.752	-33,3%
Margem EBITDA	13,7%	61,0%	-47,4 pp	46,1%	67,7%	-21,6 pp

A Companhia registrou Margem EBITDA de 46,1% em 2024, uma redução de 21,6% comparado a 2023, atingindo o valor de R\$ 75,9 milhões. Essa redução tem como principal evento o aumento na rubrica de despesas gerais e administrativas.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

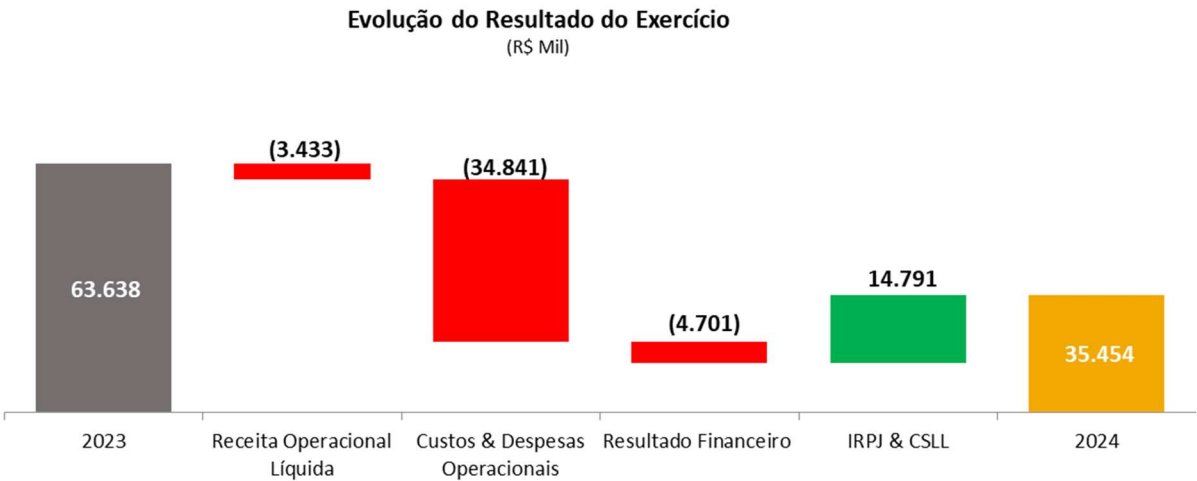
Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Resultado Financeiro	350	775	-54,8%	1.241	5.942	-79,1%
Receitas Financeiras	564	1.039	-45,7%	2.106	11.629	-81,9%
Juros sobre aplicações financeiras e Descontos Obtidos	354	870	-59,3%	1.434	10.636	-86,5%
Variação monetária ativa	206	163	26,4%	654	977	-33,1%
Outros	4	6	-33,3%	18	16	12,5%
Despesas Financeiras	(214)	(264)	-18,9%	(865)	(5.687)	-84,8%
Juros sobre Debêntures	-	-	0,0%	-	(3.577)	-100,0%
Comissões, despesas bancárias e outros	(34)	(55)	-38,2%	(116)	(328)	-64,6%
Variação monetária passiva	(152)	(160)	-5,0%	(619)	(965)	-35,9%
Outros	(28)	(49)	-42,9%	(130)	(817)	-84,1%

O Resultado Financeiro da Companhia em 2024 piorou 79,1% quando comparado com o ano anterior. Essa redução decorre principalmente pela redução do rendimento de aplicação financeira.

Resultado do Exercício

Resultado Líquido (R\$ mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Lucro do Exercício	715	14.154	-94,9%	35.454	63.638	-44,3%

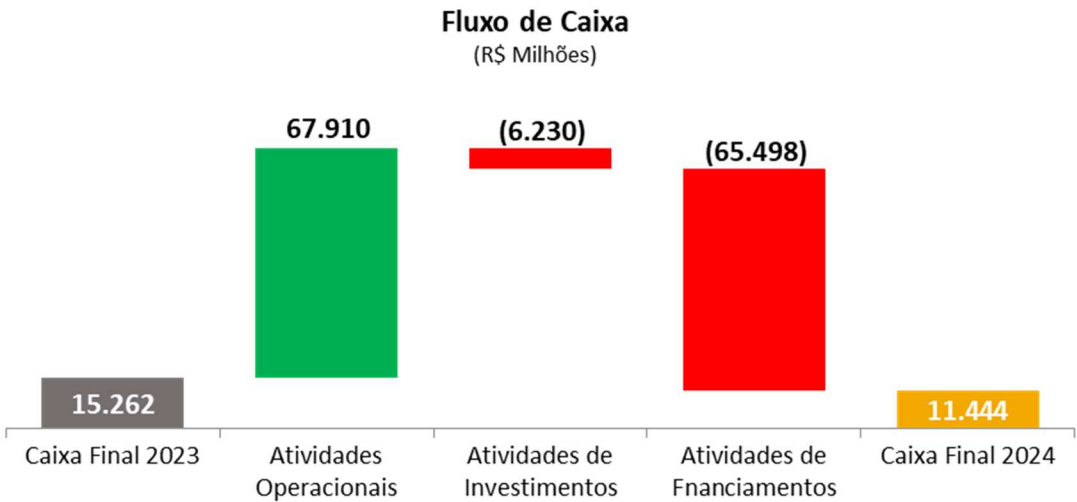
A LAMSA registrou lucro de R\$ 35,5 milhões, representando uma redução de 44,3% em 2024 em relação à 2023.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fluxo de Caixa

O saldo final de caixa da Companhia ficou menor em 2024, em comparação ao ano anterior, totalizando R\$ 11,4 milhões, devido principalmente pelo pagamento de dividendos.



Investimentos

Investimentos (R\$ mil)	2024	2023	▲
Investimento Total	6.067	5.141	18,0%
Imobilizado	3.994	3.422	16,7%
Intangível	2.073	1.719	20,6%
Intangível em construção	2.073	1.719	20,6%

Em 2024, os investimentos em andamento foram: automação de pedágio, adequação de segurança túneis e implantação de EPS.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Considerações Finais

Perspectivas e Planos

No ano de 2024, a LAMSA executou as medidas cabíveis para resguardar os direitos e prevenir responsabilidades da Concessionária, tudo conforme previstos nas normas aplicáveis e no Contrato de Concessão. Além disso, a Companhia informa que, com o apoio da INVEPAR, segue buscando a melhor solução para a LAMSA, para os usuários da via expressa e para cidade do Rio de Janeiro e acredita que os direitos previstos no contrato de concessão permanecerão assegurados.

Por fim, a Companhia segue atenta aos acontecimentos do setor em que atua e tomando as medidas necessárias para enfrentar o atual momento.

Audidores Independentes

A INVEPAR e suas controladas utilizam os serviços de auditoria independente da Mazars Auditores Independentes desde 01 de abril de 2021. No exercício encerrado em dezembro de 2024, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA -200.

Considerações Finais

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Anexos

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	4T24	4T23	▲	2024	2023	▲
Receita Bruta	45.496	46.183	-1,5%	180.041	183.800	-2,0%
Receitas com Pedágio	45.496	46.183	-1,5%	180.041	183.800	-2,0%
Deduções da Receita Bruta	(3.935)	(3.995)	-1,5%	(15.573)	(15.899)	-2,1%
Receita Líquida	41.561	42.188	-1,5%	164.468	167.901	-2,0%
Custos & Despesas	(42.055)	(22.482)	87,1%	(113.171)	(78.330)	44,5%
Pessoal	(8.944)	(7.249)	23,4%	(34.336)	(28.125)	22,1%
Conservação & Manutenção	(3.862)	(2.340)	65,0%	(9.989)	(8.833)	13,1%
Operacionais	(5.597)	(4.601)	21,6%	(19.326)	(17.879)	8,1%
Despesas Administrativas	(17.479)	(2.261)	673,1%	(24.951)	688	3726,6%
Depreciação & Amortização	(6.173)	(6.031)	2,4%	(24.569)	(24.181)	1,6%
RESULTADO OPERACIONAL	(494)	19.706	-102,5%	51.297	89.571	-42,7%
Resultado Financeiro	350	775	-54,8%	1.241	5.942	-79,1%
Receitas Financeiras	564	1.039	-45,7%	2.106	11.629	-81,9%
Juros sobre aplicações financeiras e Descontos Obtidos	354	870	-59,3%	1.434	10.636	-86,5%
Variação monetária ativa	206	163	26,4%	654	977	-33,1%
Outros	4	6	-33,3%	18	16	12,5%
Despesas Financeiras	(214)	(264)	-18,9%	(865)	(5.687)	-84,8%
Juros sobre Debêntures	-	-	0,0%	-	(3.577)	-100,0%
Comissões, despesas bancárias e outros	(34)	(55)	-38,2%	(116)	(328)	-64,6%
Variação monetária passiva	(152)	(160)	-5,0%	(619)	(965)	-35,9%
Outros	(28)	(49)	-42,9%	(130)	(817)	-84,1%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(144)	20.481	-100,7%	52.538	95.513	-45,0%
IR & CSL	859	(6.327)	-113,6%	(17.084)	(31.875)	-46,4%
LUCRO DO EXERCÍCIO	715	14.154	94,9%	35.454	63.638	44,3%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Balanço Patrimonial**

Ativo (R\$ Mil)	2024	2023
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	11.444	15.262
Aplicações Financeiras	-	-
Contas a receber	11.491	10.859
Estoques	1.511	1.378
Tributos a recuperar	22.124	27.475
Adiantamentos	1.073	2.755
Outras contas a pagar	2.104	2.153
Total do Circulante	49.747	59.882
Ativo não Circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.379	-
Depósitos judiciais	9.759	7.992
Imobilizado	12.729	11.731
Intangível	274.611	294.365
Total do Não Circulante	301.478	314.088
TOTAL DO ATIVO	351.225	373.970
Passivo (R\$ Mil)	2024	2023
Passivo Circulante		
Fornecedores	19.131	5.485
Impostos a recolher	23.425	30.539
Obrigações com empregados e administradores	4.763	5.805
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	36.196	77.559
Outros	-	683
Total do Circulante	83.515	120.071
Passivo Não Circulante		
Impostos diferido passivos	-	259
Dividendos Propostos	-	15.271
Provisão para riscos processuais	9.444	6.693
Total do Não Circulante	9.444	22.223
TOTAL DO PASSIVO	92.959	142.294
Patrimônio Líquido		
Capital social	91.953	91.953
Reserva Legal	18.391	18.391
Dividendos Adicionais Propostos	147.922	121.332
Total do Patrimônio Líquido	258.266	231.676
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	351.225	373.970

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



Notas Explicativas

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente..... 3

Balanco patrimonial 8

Demonstração dos resultados..... 9

Demonstração dos resultados abrangentes..... 10

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 11

Demonstração dos fluxos de caixa 12

Demonstração do valor adicionado 13

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

1. Informações gerais 14

2. Principais políticas contábeis 16

3. Caixa e equivalentes de caixa..... 25

4. Contas a receber 25

5. Impostos, taxas e contribuições 25

6. Partes relacionadas 27

7. Imobilizado..... 29

8. Intangível 31

9. Provisão para riscos processuais..... 33

10. Patrimônio Líquido..... 35

11. Receita operacional líquida 37

12. Despesas e custos por natureza 37

13. Resultado financeiro 37

14. Resultado por ação 38

15. Seguros 38

16. Instrumentos financeiros 39

17. Informações por segmento..... 41

18. Transação não caixa 41

Notas Explicativas



Forvis Mazars
Av. Trindade, 254 - Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Linha Amarela S.A. – LAMSA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Linha Amarela S.A. - LAMSA** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linha Amarela S.A. - LAMSA (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às demonstrações contábeis, que versa sobre a continuidade operacional em relação a um litígio com o Poder Concedente. Conforme descrito na Nota 1.2, em 29 de setembro de 2022, a Prefeitura do Rio de Janeiro, considerando a perícia realizada pela Alumni COPPEAD, na questão da indicação de potencial sobrepreço nas obras executadas, notificou a Companhia autorizando a abertura de processo administrativo para apurar a nulidade do 11º Aditivo do Contrato de Concessão. Em 12 de dezembro de 2022 foi realizada audiência judicial no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro entre as partes e ficou acordado que o Município prosseguiria com a suspensão do processo administrativo, bem como não iniciaria nova licitação até o esclarecimento do laudo pericial em nova audiência agendada para 02 de fevereiro de 2023, sendo esta prorrogada para 10 de março de 2023. Nesta audiência, não houve posicionamento do juízo e este mencionou que aguardará o posicionamento do STF. Em 25 de junho de 2023 houve a devolução dos autos para julgamento agendado para o período de 04 a 14 de agosto de 2023, em sessão virtual no STF. No dia 05 de agosto de 2023 o Ministro Nunes Marques pediu vistas no processo suspendendo o mesmo. Em 20 de novembro de 2023, foi efetuado devolução dos autos para julgamento em sessão virtual agendada entre os dias 01 de dezembro de 2023 a 11 de dezembro de 2023. Em 04 de dezembro de 2023, em sessão virtual, houve novo pedido de vistas ao processo, sendo esse suspenso. Em 29 de abril de 2024, foi efetuada a devolução dos autos para julgamento em sessão virtual agendada entre os dias 10 de maio de 2024 a 17 de maio de 2024. Em sessão virtual realizada em 10 de maio de 2024, o Ministro Dias Toffoli pediu vista ao processo. Em 02 de outubro de 2024, foi incluído no calendário de julgamento do presidente, com publicação no Diário de Justiça Eletrônico – DJE em 03 de outubro de 2024. Foi pautado julgamento no STF, para o dia 23 de outubro de 2024, porém o processo não foi julgado. O processo foi novamente incluído em pauta de julgamento para o dia 7 de novembro de 2024. Em 07 de novembro de 2024, o Supremo Tribunal Federal – STF, reconhecendo sua competência, anulou a decisão proferida pelo Supremo Tribunal de Justiça – STJ, mantendo a suspensão da encampação do contrato de

Notas Explicativas

concessão da Linha Amarela S.A pretendida pelo Município do Rio de Janeiro – MRJ, até apreciação pelo presidente do STF sobre o mérito da suspensão requerida pelo MRJ. Em 16 de dezembro de 2024, nos autos do processo de suspensão de liminar nº 1783, foi designada, diante da complexidade da matéria discutida, a realização de audiência de conciliação em 11 de fevereiro de 2025. O município do Rio de Janeiro pediu adiantamento da audiência de conciliação, alegando necessidade de comparecimento de seus técnicos, sendo este pedido deferido e redesignando a audiência de conciliação para 18 de fevereiro de 2025. Na audiência ocorrida em 18 de fevereiro de 2025, após amplo debate sobre os principais pontos da disputa, as partes concordaram com o adiamento da audiência para o dia 24 de março de 2025.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A seguir, descrevemos os principais assuntos de auditoria:

Reconhecimento de receita

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, a receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia; e (ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de prestação de serviços;
- (ii) identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade, quando aplicável, dessas atividades de controles;
- (iii) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para a realização de testes específicos relacionados a validação mensal do cálculo sistêmico da receita tarifária. (recálculo mensal da receita, tarifa versus nº de passageiros pagantes).
- (iv) Procedimento de confirmação externa junto às operadoras dos sistemas de pagamento automático de pedágio e às transportadoras de valores.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita de serviços, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Intangível de concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota 08, a Companhia possui montante relevante reconhecido como intangível de concessão. A Companhia utiliza o método de amortização linear para o cálculo da amortização do ativo intangível de concessão.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois:

- (i) os valores são relevantes no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia;
- (ii) é necessária a avaliação da alocação das adições do intangível em conformidade com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão;
- (iii) a avaliação de *impairment* envolve premissas e critérios subjetivos para mensuração, baseadas em dados de performance histórica e indicadores disponíveis no mercado; e
- (iv) o cálculo da amortização ativo intangível e como consequência a determinação da vida útil, envolve estimativas relevantes.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (i) realização de procedimentos de controle para avaliar a eficácia dos controles internos implementados pela Companhia no processo de reconhecimento e mensuração dos intangíveis de concessão;
- (ii) execução de procedimentos substantivos em bases amostrais com o objetivo de avaliar se evidências que suportam o atendimento dos requisitos necessários para classificação das adições feitas ao intangível como intangível de concessão;
- (iii) execução, em bases amostrais, de inspeção dos documentos que dão suporte às adições feitas ao intangível de concessão;
- (iv) validação da avaliação da Companhia em relação à existência de indícios de redução ao valor recuperável do intangível de concessão. Com o auxílio dos nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração da Companhia no cálculo de *impairment*. Para avaliação das premissas, nos utilizamos de dados de performance histórico da Companhia e de indicadores disponíveis no mercado;
- (v) realização de procedimentos substantivos sobre as bases e premissas utilizadas pela Companhia para estimar a vida útil do intangível de concessão; e
- (vi) análise das políticas contábeis aplicadas pela Companhia, se estão em conformidade com as normas contábeis relevantes e avaliamos se os requisitos de divulgação foram atendidos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do intangível de concessão, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Notas Explicativas



Forvis Mazars
Av. Trindade, 254 - Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

Notas Explicativas

Forvis Mazars
Av. Trindade, 254 - Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2025

Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda.
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:

Franciane Heloise Moraes Messias

4982829F89EE425...

Franciane Heloise Moraes Messias
Contadora CRC 1SP262973/O-6

Assinado por:

Tibério Melo

8B414058AA2E402...

Tibério Melo
Contador CRC 1SP313893/O-2

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativo</u>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.444	15.262
Contas a receber	4	11.491	10.859
Estoques		1.511	1.378
Tributos a recuperar	5.b	22.124	27.475
Adiantamentos		1.073	2.755
Outros		2.104	2.153
Total do ativo circulante		49.747	59.882
Não Circulante			
Impostos diferidos ativos	5.a	4.379	-
Depósitos judiciais	9	9.759	7.992
Imobilizado	7	12.729	11.731
Intangível	8	274.611	294.365
Total do ativo não circulante		301.478	314.088
Total do ativo		351.225	373.970
<u>Passivo e patrimônio líquido</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		19.131	5.485
Impostos a recolher	5.c	23.425	30.539
Obrigações com empregados e administradores		4.763	5.805
Dividendos e juros sobre o capital próprio	6 e 10.c	36.196	77.559
Outros passivos		-	683
Total do passivo circulante		83.515	120.071
Não Circulante			
Impostos diferidos passivos	5.a	-	259
Dividendos a pagar	6 e 10.c	-	15.271
Provisão para riscos processuais	9	9.444	6.693
Total do passivo não circulante		9.444	22.223
Patrimônio líquido			
Capital social	10.a	91.953	91.953
Reserva de lucros	10.b	18.391	18.391
Dividendos adicionais propostos	10.d	147.922	121.332
Lucros Acumulados		-	-
Total do patrimônio líquido		258.266	231.676
Total do Passivo e patrimônio líquido		351.225	373.970

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita operacional líquida	11	164.468	167.901
Custo dos serviços prestados	12	(76.617)	(66.815)
Lucro Bruto		87.851	101.086
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	12	(36.589)	(20.436)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	12	35	8.921
Resultado operacional		51.297	89.571
Receitas e despesas financeiras			
Receitas financeiras	13	2.106	11.629
Despesas financeiras	13	(865)	(5.687)
Resultado financeiro		1.241	5.942
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		52.538	95.513
Imposto de renda e contribuição social		(17.084)	(31.875)
Corrente	5.d	(21.722)	(29.083)
Diferido	5.d	4.638	(2.792)
Lucro líquido do exercício		35.454	63.638
Lucro básico por lote de mil ações (em reais - R\$)	14	0,1672	0,3002
Lucro diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	14	0,1672	0,3002

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro do exercício	<u>35.454</u>	<u>63.638</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>35.454</u>	<u>63.638</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas Explicativas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

		Reserva de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		91.953	15.836	75.520	-	183.309
Destinação reserva legal		-	2.555	-	(2.555)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(15.271)	(15.271)
Dividendos adicionais propostos	13.c	-	-	45.812	(45.812)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	63.638	63.638
Saldos em 31 de dezembro de 2023		91.953	18.391	121.332	-	231.676
Saldos em 31 de dezembro de 2023		91.953	18.391	121.332	-	231.676
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(8.864)	(8.864)
Dividendos adicionais propostos		-	-	26.590	(26.590)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	35.454	35.454
Saldos em 31 de dezembro de 2024		91.953	18.391	147.922	-	258.266

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		52.538	95.513
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	7 e 8	24.569	24.181
Baixa de imobilizado e intangível	7 e 8	254	65
(Reversão) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	4	1.125	(658)
Provisão para riscos processuais	9	2.132	(9.944)
Variações monetárias e encargos, líquidos		(35)	3.568
Impostos diferidos		4.638	(2.792)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(1.757)	(609)
Estoques		(133)	169
Impostos a recuperar	5.b	5.351	948
Depósitos judiciais	9	(1.113)	9.283
Adiantamentos		1.682	(1.825)
Partes relacionadas		-	264
Outros créditos		49	352
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		13.809	1.759
Obrigações com empregados e administradores		(1.042)	798
Impostos a recolher		(9.840)	(1.247)
Partes relacionadas		-	(4.613)
Outras obrigações e contas a pagar		(683)	183
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(23.634)	(25.669)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		-	(4.462)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		67.910	85.264
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	7	(3.994)	(3.422)
Aquisição de intangível	8 e 18	(2.236)	(2.898)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		(6.230)	(6.320)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures		-	(88.101)
Aplicação financeira vinculada		-	5.481
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	10.c	(65.498)	(86.614)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(65.498)	(169.234)
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e Equivalentes de caixa		(3.818)	(90.290)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	15.262	105.552
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	11.444	15.262
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e Equivalentes de caixa		(3.818)	(90.290)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. – LAMSA

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas		180.236	184.101
Receita operacional	11	180.041	183.800
Outras receitas		195	301
Insumos adquiridos de terceiros		(52.568)	(24.771)
Custo das mercadorias e serviços vendidos		(2.241)	(1.584)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(49.143)	(22.465)
Perda/recuperação de valores ativos		(1.125)	(659)
Outros custos		(59)	(63)
Valor adicionado bruto		127.668	159.330
Retenções		(24.569)	(24.181)
Depreciação e amortização	7 e 8	(24.569)	(24.181)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		103.099	135.149
Valor adicionado recebido em transferência		2.106	11.629
Receitas financeiras	13	2.106	11.629
Total do valor adicionado a distribuir		105.205	146.778
Distribuição do valor adicionado		105.205	146.778
Pessoal e encargos		30.037	24.081
Remuneração direta		18.642	16.831
Benefícios		10.108	6.144
FGTS		1.287	1.106
Impostos, taxas e contribuições		37.295	52.612
Federais		28.076	43.203
Municipais		9.219	9.409
Remuneração capital de terceiros		2.419	6.447
Juros		126	4.001
Variação		619	966
Aluguéis		1.566	1.013
Outros		108	467
Remuneração de capital próprio		35.454	63.638
Lucro do exercício		35.454	63.638

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Operações da Companhia

A Linha Amarela S.A. (LAMSA ou Companhia ou Concessionária), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ – Brasil, foi fundada em 21 de novembro de 1995. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B”, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos, contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998 e encerrando-se em dezembro de 2037, conforme previsto no 11.º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (INVEPAR).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 33.768 (R\$ 60.189 em 31 de dezembro de 2023). A redução no capital circulante líquido negativo é decorrente do pagamento de dividendos no montante de R\$ 65.498. Desconsiderando o saldo de dividendos em aberto, o capital circulante líquido da Companhia seria positivo em R\$ 2.428.

A Companhia entende que o seu fluxo de caixa operacional faz frente às suas obrigações pelos próximos 12 meses. Além disso, se necessário, a LAMSA poderá receber suporte financeiro de sua controladora INVEPAR, na medida de sua disponibilidade, de modo a reduzir as dificuldades financeiras de curto prazo, caso ocorram.

1.2 Continuidade operacional em relação a litígio com o Poder Concedente

Em 29 de outubro de 2019, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro enviou Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal para ser votado, em regime de urgência, com o objetivo de encampação do contrato de concessão da Linha Amarela, sendo aprovado em 05 de novembro de 2019 e convertido na Lei Complementar nº 213 na mesma data, prevendo: (i) a amortização da indenização à concessionária pelos prejuízos apurados pelos órgãos fiscalizadores e pelo Executivo; e (ii) a possibilidade de a Prefeitura constituir caução para eventual indenização à concessionária. Em 06 de novembro de 2019, a LAMSA obteve decisão judicial favorável, assegurando a execução do Contrato de Concessão até que se estabeleça processo administrativo, garantindo o direito da Concessionária à ampla defesa e à indenização prévia.

Após diversas liminares favoráveis que garantiram a execução do contrato de concessão, em 16 de setembro de 2020, o Município do Rio de Janeiro obteve liminar (SLS nº 2792) junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), assegurando o prosseguimento dos atos de encampação, suspendendo a cobrança de tarifa. E, em 03 de março de 2021, após Reclamação (RCL) 43697 apresentada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministro Luiz Fux, deferiu liminar e suspendeu os efeitos da decisão obtida pelo Município do Rio de Janeiro.

A cobrança da tarifa foi restabelecida em 09 de abril de 2021, com o valor provisório de R\$ 4,00 (quatro reais), fixado pelo juízo, após audiência de conciliação realizada em 05 de abril de 2021, na qual ficou ajustada a realização de perícia no processo de origem (TJRJ nº 0337389-74.2019.8.19.0001) para apurar os desequilíbrios apontados pelas partes.

A perícia realizada pela Alumni COPPEAD e concluída em 22 de novembro de 2021, evidenciou um desequilíbrio em favor da Concessionária e evidenciou um eventual sobrepreço nas obras realizadas com base no 11.º Termo Aditivo – TA do Contrato de Concessão nº 513/94, sendo deferido prazo às partes para manifestação sobre o laudo, para posterior esclarecimento técnico e envio ao Supremo Tribunal Federal. Cabe ressaltar que no laudo elaborado pela Alumni COPPEAD a expressão “sobrepreço” não é qualificadora de ato ilícito, apenas que não encontrou subsídios para diferença orçamentária.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 29 de setembro de 2022, a Prefeitura do Rio de Janeiro, considerando a perícia realizada pela Alumni COPPEAD, na questão da indicação de potencial sobrepreço nas obras executadas, não considerando o desequilíbrio apresentado no referido laudo, notificou a Companhia através do Ofício nº MTR-OFI-2022/00450, autorizando a abertura do processo sob o nº 03/000.200/202 para apurar a nulidade do 11.º Aditivo – TA do Contrato de Concessão nº 513/94, tendo o prazo de 10 dias para pronunciamento. O 11.º Aditivo a que se refere trata da prorrogação do prazo da Concessão por mais 15 anos, passando o contrato a vigorar por 480 meses (40 anos) a contar do início da cobrança do pedágio, ocorrida em 1º de janeiro de 1998. Este tema foi divulgado ao mercado em 30 de setembro de 2022, através de fato relevante.

A Companhia entende que não é correto falar-se em nulidade do 11º Termo Aditivo do Contrato de Concessão tendo em vista, que não há prova de qualquer ato ilícito praticado quando de sua celebração, e ainda, essa questão é objeto de ações judiciais que tramitam na justiça do Rio de Janeiro, não podendo administrativamente a Prefeitura do Rio de Janeiro decidir sobre essa matéria.

Em 12 de dezembro de 2022 foi realizada audiência entre as partes e ficou acordado que o Município prosseguiria com a suspensão do processo administrativo, bem como não iniciaria nova licitação até o esclarecimento do laudo pericial em nova audiência agendada para 2 de fevereiro de 2023, sendo esta prorrogada para 10 de março de 2023 conforme despacho emitido em 30 de janeiro de 2023.

Em audiência realizada no dia 10 de março de 2023 no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foram ouvidos os peritos da COPPEAD para esclarecimentos sobre o laudo. Adicionalmente a juíza suspendeu o procedimento administrativo de nulidade do contrato de concessão até a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a reclamação formulada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

No dia 10 de março de 2023 teve início a sessão virtual no STF em relação à reclamação (RCL 43 697) da ABCR sobre o caso da encampação da Linha Amarela autorizada pelo Ministro Humberto Martins no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 16 de setembro de 2020. No dia 14 de março de 2023 o Ministro Luiz Fux pediu vistas no processo suspendendo-o.

Em 25 de junho de 2023 houve a devolução dos autos para julgamento agendado para 04 a 14 de agosto de 2023, em sessão virtual no STF. No dia 5 de agosto de 2023 o Ministro Nunes Marques pediu vistas ao processo.

Em 20 de novembro de 2023, foi efetuado devolução dos autos para julgamento em sessão virtual agendada entre os dias 01 de dezembro de 2023 a 11 de dezembro de 2023.

Em 04 de dezembro de 2023, em sessão virtual, o Ministro Gilmar Mendes pediu vistas ao processo.

Em 29 de abril de 2024, foi efetuada a devolução dos autos para julgamento em sessão virtual agendada entre os dias 10 de maio de 2024 a 17 de maio de 2024.

Em sessão virtual realizada em 10 de maio de 2024, o Ministro Dias Toffoli pediu vista ao processo, sendo em 22 de agosto de 2024 efetuada a devolução dos autos para julgamento.

Em 02 de outubro de 2024, foi incluído no calendário de julgamento do presidente, com publicação no Diário de Justiça Eletrônico – DJE em 03 de outubro de 2024.

Foi pautado julgamento no STF, para o dia 23 de outubro de 2024, porém o processo não foi julgado.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 07 de novembro de 2024, o Supremo Tribunal Federal - STF, reconhecendo sua competência anulou a decisão proferida pelo Supremo Tribunal de Justiça - STJ, mantendo a suspensão da encampação do contrato de concessão da Linha Amarela S.A pretendida pelo Município do Rio de Janeiro - MRJ, até apreciação pelo presidente do STF sobre o mérito da suspensão requerida pelo MRJ. Em 08 de novembro de 2024, a Linha Amarela S.A., divulgou comunicado ao mercado acerca do tema.

Em 16 de dezembro de 2024, nos autos do processo de suspensão de liminar nº 1783, foi designada, diante da complexidade da matéria discutida, a realização de audiência de conciliação em 11 de fevereiro de 2025.

O município do Rio de Janeiro pediu adiamento da audiência de conciliação, alegando necessidade de comparecimento de seus técnicos, sendo este pedido deferido e redesignando a audiência de conciliação para 18 de fevereiro de 2025 às 14h.

Na audiência ocorrida em 18 de fevereiro de 2025, após amplo debate sobre os principais pontos da disputa, as partes concordaram com o adiamento da audiência para o dia 24 de março de 2025.

2. Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 20 de março de 2025.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Equivalentes de caixa, Aplicação financeira e outros Instrumentos financeiros.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia.

2.3 Reconhecimento de receitas

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de modo confiável:

(a) Receita de serviços

As receitas provenientes de pedágio são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da via expressa pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefício econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Companhia não constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, tendo em vista que não há expectativa de perda nos recebíveis na data base de 31 de dezembro de 2023. A Companhia faz periodicamente testes de recuperabilidade dos recebíveis.

2.6 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de maneira prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.8 Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda em relação ao valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.9 Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.10 Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Receitas de pedágio	Demais receitas	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISS	5,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme o CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício inclui o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, levando-se em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e consequentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.11 Benefícios aos empregados

A Companhia possui planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para os seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até 12 meses após o período que se refere as demonstrações contábeis em que os empregados prestaram o serviço.

2.12 Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.14 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme a Deliberação CVM nº 76/2022.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. No reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de seus fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa efetiva de juros, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.15 Informações por segmento

A Administração da Concessionária, baseia as suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações financeiras. As informações financeiras são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão de rodovias” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

2.16 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.17 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

(a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

(b) Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do prazo de concessão, e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos futuros, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão.

2.18 Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) / (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato de concessão.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo remanescente original do contrato de concessão.

2.19 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

a) Pronunciamentos novos e revisados aplicados pela primeira vez em 2024.

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma) bem como, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) – Vigente a partir de janeiro de 2024. Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante - Vigente a partir de 1º de janeiro de 2024. Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Vigente a partir de 1º de janeiro de 2024. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia.

b) Normas emitidas e não vigentes

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros – Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 (R1) – Vigente a partir de janeiro de 2026. Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 (CPC 48 – Instrumentos Financeiros) e ao IFRS 7 (CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros - Evidenciação) para abordar a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras – Vigente a partir de 1º janeiro de 2027. Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 que substitui a IAS 1 (CPC 26 (R1)). A nova norma mantém muitos dos requisitos das IAS 1 (CPC 26(R1)) e os complementa com novos requisitos. Alguns dos requisitos da IAS 1 (CPC 26(R1)) foram movidos para a IAS 8 (CPC23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e a IFRS 7 (CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros – Evidenciação. O IASB também fez pequenas alterações na IAS 7 (CPC03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 (CPC 41 – Resultado por ação). A IFRS 18 exige a aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública – Divulgação - Vigente a partir de 1º janeiro de 2027. Em maio de 2024, a IASB emitiu a IFRS 19, que permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS em suas demonstrações financeira. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e elas podem aplicar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa		
Caixa e bancos	643	643
Equivalentes de caixa		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	10.801	14.619
Total de caixa e equivalentes de caixa	11.444	15.262

Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm alta liquidez e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa de curto prazo e sem risco de mudança de valor. A rentabilidade média destas aplicações em 31 de dezembro de 2024 é de 99,54% do CDI (100,68% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

4. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber de pedágios	11.491	10.859
Total circulante	11.491	10.859
Total do contas a receber	11.491	10.859

Em 31 de dezembro de 2024, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Total	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor	Saldos vencidos		
			< 30 dias	de 31 - 60 dias	de 61 - 90 dias
31 de dezembro de 2024	11.491	11.300	-	89	102
31 de dezembro de 2023	10.859	10.649	-	140	70

A Companhia em 31 de dezembro de 2024 reconheceu como perda definitiva de R\$ 1.125 (R\$ 658 em 31 de dezembro de 2023).

5. Impostos, taxas e contribuições

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Ativo diferido		
Provisão para riscos processuais	3.211	2.276
Provisão na participação nos lucros e resultados (PLR)	354	343
Provisões não dedutíveis	3.989	543
Total do ativo fiscal diferido	7.554	3.162
Passivo diferido		
Amortização do direito de concessão e margem de construção	(3.029)	(3.263)
Outros diferidos passivos	(146)	(158)
Total do passivo fiscal diferido	(3.175)	(3.421)
Impostos diferidos	4.379	(259)

Na tabela a seguir, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Projeções de resultados tributáveis	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	666
2025	580	580
2026	1.911	1.911
2027	2.385	5
2028 em diante	2.678	-
Total dos ativos fiscais diferidos	7.554	3.162
Total dos passivos fiscais diferidos	(3.175)	(3.421)
Total dos impostos diferidos (Passivo)	4.379	(259)

(b) Tributos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	21.893	27.260
Outros	231	215
Total	22.124	27.475

(c) Tributos a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
ISS	839	818
IRPJ e CSLL	21.722	29.083
PIS e COFINS	571	616
INSS sobre terceiros	43	-
IRRF e CSRF	250	22
Total	23.425	30.539

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	52.538	95.513
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(17.863)	(32.474)
Adições permanentes	(192)	(228)
Exclusões permanentes	115	137
Incentivos fiscais (*)	832	666
Outros	24	24
Total dos impostos no resultado	(17.084)	(31.875)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(21.722)	(29.083)
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.638	(2.792)
Total dos impostos no resultado	(17.084)	(31.875)
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	33%	33%

(*) LAMSA é beneficiada pelo “PAT em dobro” que deduz as despesas com alimentação no resultado da apuração do Lucro Real, também possibilitando excluir os valores gastos diretamente da base tributável do IRPJ.

6. Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes que refletem as condições praticadas no mercado, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) as quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Composição:

			31/12/2024	
			Passivo	Passivo
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante
INVEPAR	Dividendos/JSCP	Controladora	36.196	-
Total			36.196	-

			31/12/2023	
			Passivo	
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante
INVEPAR	Dividendos/JSCP	Controladora	77.559	15.271
Total			77.559	15.271

Remuneração da Administração

Em 30 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a remuneração global anual dos administradores de até R\$ 1.192 para o exercício de 2024.

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Pró-labore	522	518
Bônus Variáveis	281	336
Encargos	161	171
Outros benefícios	42	42
Total	1.006	1.067

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Imobilizado

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2023	Adições	Baixas	(*) Transferências	31/12/2024
Custo						
Máquinas e equipamentos	10	17.092	1.617	(8)	68	18.769
Instalações	10	4.166	-	-	-	4.166
Móveis e utensílios	10	1.902	6	(5)	2	1.905
Veículos	20	5.711	446	(156)	1.081	7.082
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	4	4.295	68	-	-	4.363
Equipamentos de informática	20	6.780	137	(10)	223	7.130
Imobilizado em andamento		876	1.096	-	(1.079)	893
Outros		599	624	-	(279)	944
		41.421	3.994	(179)	16	45.252
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(12.522)	(1.136)	8	-	(13.650)
Instalações		(3.663)	(98)	-	105	(3.656)
Móveis e utensílios		(1.391)	(161)	3	(1)	(1.550)
Veículos		(4.540)	(795)	156	(56)	(5.235)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(2.253)	(256)	-	(46)	(2.555)
Equipamentos de informática		(5.321)	(564)	10	(2)	(5.877)
		(29.690)	(3.010)	177	-	(32.523)
Total		11.731	984	(2)	16	12.729

(*) Em 31 de dezembro de 2024, houve transferências do imobilizado para o intangível referente aos projetos classificados no imobilizado em outros.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

		Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2022	Adições	Baixas	(*) Transferências	31/12/2023
Custo							
Máquinas e equipamentos	10		17.021	139	(174)	106	17.092
Instalações	10		4.130	36	-	-	4.166
Móveis e utensílios	10		1.937	11	(46)	-	1.902
Veículos	20		5.646	231	(166)	-	5.711
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	4		4.270	25	-	-	4.295
Equipamentos de informática	20		6.731	73	(138)	114	6.780
Imobilizado em andamento			708	2.027	-	(1.859)	876
Outros			704	880	(2)	(983)	599
			41.147	3.422	(526)	(2.622)	41.421
Depreciação acumulada							
Máquinas e equipamentos			(11.465)	(1.199)	142	-	(12.522)
Instalações			(3.566)	(97)	-	-	(3.663)
Móveis e utensílios			(1.256)	(173)	38	-	(1.391)
Veículos			(4.153)	(553)	166	-	(4.540)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros			(2.035)	(218)	-	-	(2.253)
Equipamentos de informática			(4.874)	(583)	136	-	(5.321)
			(27.349)	(2.823)	482	-	(29.690)
Total			13.798	599	(44)	(2.622)	11.731

(*) Em 31 de dezembro de 2023, houve transferências do imobilizado para o intangível referente aos projetos classificados no imobilizado em outros.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Intangível

	Prazo vida útil	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências *	31/12/2024
Custo						
Software	5 anos	9.041	-	-	-	9.041
Investimento para concessão	(a)	608.964	-	(73)	959	609.850
Andamento	(b)	1.097	2.073		(975)	2.195
Outros		195	-	(195)	-	-
		619.297	2.073	(268)	(16)	621.086
Amortização						
Software		(8.538)	(268)	-	34	(8.772)
Investimento para concessão		(316.394)	(21.291)	16	(34)	(337.703)
		(324.932)	(21.559)	16	-	(346.475)
Total		294.365	(19.486)	(252)	(16)	274.611

- (*) Em 31 de dezembro de 2024, houve transferências do imobilizado para o intangível referente aos projetos classificados no imobilizado na rubrica de outros.
- (a) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 31 de dezembro de 2037, conforme mencionado na Nota n.º 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.
- (b) As adições ocorridas referem-se, basicamente, iluminação da via, pistas automáticas, sinalização e túneis.

	Prazo vida útil	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências *	31/12/2023
Custo						
Software	5 anos	9.011	30	-	-	9.041
Investimento para concessão	(a)	605.267	86	(25)	3.636	608.964
Andamento	(b)	703	1.408	-	(1.014)	1.097
Outros		-	195	-	-	195
		614.981	1.719	(25)	2.622	619.297
Amortização						
Software		(8.252)	(286)	-	-	(8.538)
Investimento para concessão		(295.326)	(21.072)	4	-	(316.394)
		(303.578)	(21.358)	4	-	(324.932)
Total		311.403	(19.639)	(21)	2.622	294.365

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- (*) Em 31 de dezembro de 2023, houve transferências do imobilizado para o intangível referente aos projetos classificados no imobilizado na rubrica de outros.
- (a) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 31 de dezembro de 2037, conforme mencionado na Nota n.º 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.
- (b) As adições ocorridas referem-se, basicamente, iluminação da via, pistas automáticas, sinalização e túneis.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Redução ao valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível e ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. A Administração efetua análise, no mínimo anualmente, do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foram consideradas: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia até o fim da concessão; (ii) manutenção da concessão até 2037 conforme o contrato de concessão, (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); e (iv) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital* - WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária.

Em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados indicativos de ativos intangíveis e imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

9. Provisão para riscos processuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, cujas perdas foram consideradas como prováveis, como segue:

Riscos prováveis

Composição do Risco

Natureza do risco	31/12/2024		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	5.191	5.215	10.406
Cíveis	4.253	36.487	40.740
Tributárias	-	2.620	2.620
Total	9.444	44.322	53.766

Natureza do risco	31/12/2023		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	5.009	5.891	10.900
Cíveis	1.684	22.768	24.452
Tributárias	-	2.469	2.469
Total	6.693	31.128	37.821

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação:

Natureza do risco	31/12/2023	Constituição	Reversões	Atualização monetária	31/12/2024
Trabalhistas (a)	5.009	1.405	(1.633)	410	5.191
Cíveis (b)	1.684	3.141	(781)	209	4.253
Total	6.693	4.546	(2.414)	619	9.444

Natureza do risco	31/12/2022	Constituição	Reversões	Atualização monetária	31/12/2023
Trabalhistas (a)	5.027	711	(1.277)	548	5.009
Cíveis (b)	10.645	249	(9.627)	417	1.684
Total	15.672	960	(10.904)	965	6.693

(a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e ex-colaboradores terceirizados, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de verbas rescisórias, reintegração, equiparação salarial, dentre outros, sendo os pedidos de ex-colaboradores terceirizados, em sua maioria, de responsabilidade subsidiária.

(b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de acidentes e incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

Riscos possíveis

A Companhia é ré em processos de natureza cível, tributária e trabalhista, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Os prognósticos são atualizados conforme o andamento do processo e estudos dos assessores jurídicos da Companhia frente aos acontecimentos jurídicos do período. As causas cíveis envolvem, principalmente indenizatórias com pedidos de materiais, danos morais, pedidos de pensão e lucros cessantes. Segue composição dos processos por natureza dos riscos:

Composição dos riscos

Natureza do risco	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	5.215	5.891
Cíveis	36.487	22.768
Tributários	2.620	2.469
Total	44.322	31.128

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e ex-colaboradores terceirizados, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de verbas rescisórias, reintegração, equiparação salarial, dentre outros, sendo os pedidos de ex-colaboradores terceirizados, em sua maioria, de responsabilidade subsidiária.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de acidentes e incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

Em 31 de dezembro de 2024, os riscos cíveis estão representados substancialmente, por ação indenizatória, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ, em decorrência de acidente ocorrido em maio de 1999. A Companhia entende que a indenização não é devida porque o acidente ocorreu fora dos limites da concessão da Linha Amarela, como inclusive atestou a Prefeitura através de ofício.

Depósitos judiciais

	31/12/2023	Constituição	Baixas	Atualização monetária	31/12/2024
Cíveis	83	437	(82)	14	452
Tributários (a)	6.961	-	-	547	7.508
Trabalhistas	948	1.518	(760)	93	1.799
Total	7.992	1.955	(842)	654	9.759

(a) Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retendo deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compensou o valor recolhido ao fisco. Em agosto de 2006, a 5.ª Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$ 1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que o processo no qual esse depósito está vinculado possui expectativa de perda remota, não sendo necessária nova constituição de provisão para riscos.

10. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 91.953 (R\$ 91.953 em 31 de dezembro de 2023), divididos em 212.000.650 ações, sendo 70.666.879 ações ordinárias e 141.333.771 ações preferenciais, sem valor nominal e não conversíveis entre si.

Composição acionária	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Investimentos e Participações em Infraestrutura s.a. - Invepar	70.666.879	141.333.771	212.000.650	100,00
Total	70.666.879	141.333.771	212.000.650	100,00

(b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo dessa reserva apresenta o montante de R\$ 18.391 (R\$ 18.391 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, o Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e sobre estes decidir o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo uma atribuição conferida ao Conselho de Administração.

	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	35.454
Lucro antes da destinação	<u>35.454</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	8.864
Dividendos adicionais propostos	26.590

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi destinado o lucro líquido do exercício no montante R\$ 35.454, R\$ 8.864 a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 26.590 como dividendos adicionais propostos

Em 2024, a Companhia pagou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 65.498, correspondente aos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 (R\$ 86.614 em 31 de dezembro de 2023).

Os saldos de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, que constam em aberto, estão demonstrados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Dividendos 2019	-	52.386
Dividendos 2020	-	7.860
Dividendos 2021	-	4.267
Dividendos 2022	12.061	13.046
Dividendos 2023	15.271	-
Dividendos 2024	8.864	-
Total do passivo circulante	<u>36.196</u>	<u>77.559</u>
Dividendos 2023	-	15.271
Total do passivo não circulante	<u>-</u>	<u>15.271</u>
Total	<u>36.196</u>	<u>92.830</u>

(d) Dividendos adicionais propostos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui a título de dividendos adicionais propostos o montante de R\$ 147.922 (R\$ 121.332 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de pedágio	180.041	183.800
Impostos, deduções e cancelamentos	(15.573)	(15.899)
Receita total	164.468	167.901

12. Despesas e custos por natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal e encargos	(34.336)	(28.125)
Depreciação e amortização	(24.569)	(24.181)
Outras receitas (despesas) operacionais	(9.003)	(8.753)
Serviços de terceiros	(7.653)	(6.552)
Conservação e manutenção	(9.989)	(8.833)
Seguros e garantias	(3.665)	(3.963)
Energia elétrica	(2.670)	(2.574)
Consultoria e assessoria	(17.225)	(3.776)
Aluguéis e impostos	(1.929)	(1.516)
Contingências	(2.132)	9.943
	(113.171)	(78.330)
Custo de serviços prestados	(76.617)	(66.815)
Despesas gerais e administrativas	(36.589)	(20.436)
Outras receitas (despesas) operacionais	35	8.921
	(113.171)	(78.330)

13. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	1.434	10.636
Variação monetária ativa	654	977
Outros	18	16
Total receitas financeiras	2.106	11.629
Despesas financeiras		
Juros e encargos sobre debêntures	-	(3.577)
Variação monetária passiva	(619)	(965)
Outros	(130)	(817)
Comissões e despesas bancárias	(116)	(328)
Total despesas financeiras	(865)	(5.687)
Total resultado financeiro	1.241	5.942

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro de operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	11.818	23.636	35.454	21.213	42.425	63.638
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	70.667	141.334	212.001	70.667	141.334	212.001
Lucro básico por ação (R\$)	0,1672	0,1672		0,3002	0,3002	

15. Seguros

A Companhia mantém seguro garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora	Objeto
Garantia ao Poder Concedente	R\$ 37.461	18/12/2024	18/12/2025	BMG	(a)
Responsabilidade Civil Geral	R\$ 60.000	01/08/2024	01/08/2025	Tokio Marine	(b)
Responsabilidade Civil Administradores D&O	R\$ 100.000	04/05/2024	04/05/2025	Allianz	-
Riscos Operacionais	R\$ 276.399	01/08/2024	01/08/2025	Tokio Marine	(c)
Veículos	100% FIPE	24/08/2024	24/08/2025	Ezze Seguros	-

- (a) Garantir o cumprimento das obrigações oriundas do contrato de concessão n.º 513/94 datado de 9 de dezembro de 1994 e do 11.º Termo Aditivo, compreendendo a operação e manutenção da via do subtrecho da Linha Amarela entre a Cidade de Deus (KM 6) e o viaduto Sampaio Corrêa (KM 21) e a Ilha do Fundão.
- (b) Garantir até o limite máximo da importância segurada, perdas resultantes de danos corporais e materiais causados a terceiros, decorrentes da operação da empresa segurada, desde que sejam involuntários e acidentais. O seguro garante o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas, ou despendidas pelo segurado, nas reparações de danos involuntários, materiais e /ou corporais causados a terceiros, e /ou nas ações emergências empreendidas, com objetivo de evitá-lo ou minerar seus efeitos.
- (c) Garantir até o limite máximo da importância segurada, danos acidentais causados aos veículos segurados, que o segurado venha a sofrer em consequência dos riscos cobertos aos bens segurados, enquanto estiverem nos locais definidos na apólice. Condição igualmente aplicável quando da realização de obras de reforma e /ou ampliação. Garantir também o limite máximo da indenização a cobertura de Lucros Cessantes pela perda temporária de receita decorrente da interrupção das atividades causadas por danos materiais à empresa segurada.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados através de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão apresentados a seguir:

Instrumentos Financeiros	Nível	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	11.444	-	15.262	-
Clientes	Nível 2	-	11.491	-	10.859
Partes relacionadas		-	-	-	-
Total do ativo		11.444	11.491	15.262	10.859
Passivos					
Fornecedores		-	19.131	-	5.485
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	36.196	-	92.830
Obrigações com empregados e administradores		-	4.763	-	5.805
		-	60.090	-	104.120

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre a sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e equivalentes de caixa**

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

• Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

Os saldos em conta corrente mantido em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia apurar ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI.

(c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente em bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diferentes instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

(d) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço - que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos e equivalentes de caixa.

(e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros.

No quadro abaixo, demonstramos o cenário provável sobre os ativos e passivos financeiros adotado pela Concessionária com base em projeções de indicadores do Banco Central do Brasil, principais instituições financeiras e nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, com os respectivos impactos nos resultados da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário provável
DI Ativo (% ao ano)	12,15%
TR Passivo (% ao ano)	0,81%

Notas Explicativas

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável
Ativo financeiro			
Caixa e equivalentes de caixa	DI	11.444	1.390
TOTAL		11.444	1.390

17. Informações por segmento

A Administração da Concessionária, baseia as suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações financeiras. As informações financeiras são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão de rodovias” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

18. Transação não caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	163	1.179
Total	163	1.179

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Linha Amarela S.A. – LAMSA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Linha Amarela S.A. - LAMSA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linha Amarela S.A. - LAMSA ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às demonstrações contábeis, que versa sobre a continuidade operacional em relação a um litígio com o Poder Concedente, onde as partes vêm discutindo a nulidade do contrato de concessão. Esse processo se arrasta desde 2019, cujos efeitos, em caso de desfecho desfavorável poderão comprometer a continuidade operacional da Companhia, no entanto, apesar dos diversos eventos ocorridos no período, não há até o momento a identificação de nenhum aspecto que pudesse afetar as demonstrações financeiras da Companhia apresentadas nesta data.

Principais Assuntos de Auditoria

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.2 e 19 às demonstrações contábeis, que versa sobre a continuidade operacional em relação a um litígio com o Poder Concedente. Conforme descrito na Nota 1.2, em 29 de setembro de 2022, a Prefeitura do Rio de Janeiro, considerando a perícia realizada pela Alumni COPPEAD, na questão da indicação de potencial sobrepreço nas obras executadas, notificou a Companhia autorizando a abertura de processo administrativo para apurar a nulidade do 11º Aditivo do Contrato de Concessão. Em 12 de dezembro de 2022 foi realizada audiência judicial no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro entre as partes e ficou acordado que o Município prosseguiria com a suspensão do processo administrativo, bem como não iniciaria nova licitação até o esclarecimento do laudo pericial em nova audiência agendada para 02 de fevereiro de 2023, sendo esta prorrogada para 10 de março de 2023. Nesta audiência, não houve posicionamento do juízo e este mencionou que aguardará o posicionamento do STF. Em 25 de junho de 2023 houve a devolução dos autos para julgamento agendado para o período de 04 a 14 de agosto de 2023, em sessão virtual no STF. No dia 05 de agosto de 2023 o Ministro Nunes Marques pediu vistas no processo suspendendo o mesmo. Em 20 de novembro de 2023, foi efetuado devolução dos autos para julgamento em sessão virtual agendada entre os dias 01 de dezembro de 2023 a 11 de dezembro de 2023. Em 04 de dezembro de 2023, em sessão virtual, houve novo pedido de vistas ao processo, sendo esse suspenso. Em 29 de abril de 2024, foi efetuada a devolução dos autos para julgamento em sessão virtual agendada entre os dias 10 de maio de 2024 a 17 de maio de 2024. Em sessão virtual realizada em 10 de maio de 2024, o Ministro Dias Toffoli pediu vista ao processo. Em 02 de outubro de 2024, foi incluído no calendário de julgamento do presidente, com publicação no Diário de Justiça Eletrônico – DJE em 03 de outubro de 2024. Foi pautado julgamento no STF, para o dia 23 de outubro de 2024, porém o processo não foi julgado. O processo foi novamente incluído em pauta de julgamento para o dia 7 de novembro de 2024. Em 07 de novembro de 2024, o Supremo Tribunal Federal – STF, reconhecendo sua competência, anulou a decisão proferida pelo Supremo Tribunal de Justiça – STJ, mantendo a suspensão da encampação do contrato de concessão da Linha Amarela S.A pretendida pelo Município do Rio de Janeiro – MRJ, até apreciação pelo presidente do STF sobre o mérito da suspensão requerida pelo MRJ. Em 16 de dezembro de 2024, nos autos do processo de suspensão de liminar nº 1783, foi designada, diante da complexidade da matéria discutida, a realização de audiência de conciliação em 11 de fevereiro de 2025. O município do Rio de Janeiro pediu adiantamento da audiência de conciliação, alegando necessidade de comparecimento de seus técnicos, sendo este pedido deferido e redesignando a audiência de conciliação para 18 de fevereiro de 2025. Na audiência ocorrida em 18 de fevereiro de 2025, após amplo debate sobre os principais pontos da disputa, as partes concordaram com o adiamento da audiência para o dia 24 de março de 2025.

Principais Assuntos de Auditoria

Reconhecimento de receita

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, a receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia; e (ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de prestação de serviços;
- (ii) identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade, quando aplicável, dessas atividades de controles;
- (iii) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para a realização de testes específicos relacionados a validação mensal do cálculo sistêmico da receita tarifária. (recálculo mensal da receita, tarifa versus nº de passageiros pagantes).
- (iv) Procedimento de confirmação externa junto às operadoras dos sistemas de pagamento automático de pedágio e às transportadoras de valores.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita de serviços, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Intangível de concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota 08, a Companhia possui montante relevante reconhecido como intangível de concessão. A Companhia utiliza o método de amortização linear para o cálculo da amortização do ativo intangível de concessão.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois:

- (i) os valores são relevantes no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia;
- (ii) é necessária a avaliação da alocação das adições do intangível em conformidade com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão;
- (iii) a avaliação de impairment envolve premissas e critérios subjetivos para mensuração, baseadas em dados de performance histórica e indicadores disponíveis no mercado; e
- (iv) o cálculo da amortização ativo intangível e como consequência a determinação da vida útil, envolve estimativas relevantes.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (i) realização de procedimentos de controle para avaliar a eficácia dos controles internos implementados pela Companhia no processo de reconhecimento e mensuração dos intangíveis de concessão;
- (ii) execução de procedimentos substantivos em bases amostrais com o objetivo de avaliar se evidências que suportam o atendimento dos requisitos necessários para classificação das adições feitas ao intangível como intangível de concessão;
- (iii) execução, em bases amostrais, de inspeção dos documentos que dão suporte às adições feitas ao intangível de concessão;
- (iv) validação da avaliação da Companhia em relação à existência de indícios de redução ao valor recuperável do intangível de concessão. Com o auxílio dos nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração da Companhia no cálculo de impairment. Para avaliação das premissas, nos utilizamos de dados de performance histórico da Companhia e de indicadores disponíveis no mercado;
- (v) realização de procedimentos substantivos sobre as bases e premissas utilizadas pela Companhia para estimar a vida útil do intangível de concessão; e

(vi) análise das políticas contábeis aplicadas pela Companhia, se estão em conformidade com as normas contábeis relevantes e avaliamos se os requisitos de divulgação foram atendidos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do intangível de concessão, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2025

Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda.
CRC 2SP023701/O-8

Franciane Heloise Moraes Messias
Contadora CRC 1SP262973/O-6

Tibério Melo
Contador CRC 1SP313893/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução nº 80 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia do período findo em 31 de dezembro de 2024.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

EEm observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução nº 80 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda, emitido em 20 de março de 2025, referente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.